

O SILENCIAMENTO DAS MULHERES DIANTE DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO

Eloiza Helena Gonçalves Maia

*Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de
Educação Tecnológica de Minas Gerais-CEFET-MG.
eloizagm@terra.com.br*

Raquel Quirino

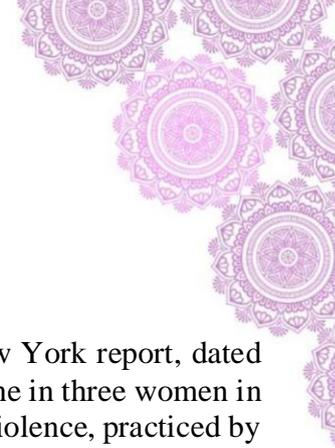
*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de
Educação Tecnológica de Minas Gerais-CEFET-MG.
quirinoraquel@hotmail.com*

*Simpósio Temático nº 15 – DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E
DIVERSIDADE SEXUAL: DESAFIOS ATUAIS E INTERLOCUÇÕES COM A CIÊNCIA &
TECNOLOGIA (C&T) E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)*

RESUMO

De acordo com a Organização Pan-Americana de saúde, o relatório de Genebra/ Nova York, de 09 de março de 2021, revela dados da Organização mundial de saúde que, uma em cada três mulheres no mundo (cerca de 736 milhões), já sofreu algum tipo de violência física ou sexual, praticadas por parceiros íntimos ou por desconhecidos das vítimas. Este artigo teve por objetivo trazer à tona, outros tipos de violência sofridos pelas mulheres que, apesar de não serem violências físicas, geram danos psicológico nas mesmas e ainda são muitas vezes, consideradas “brincadeiras” quase naturalizadas e imperceptíveis, não só pela sociedade, mas também pelas próprias vítimas. A partir de aportes teóricos sobre Divisão Sexual do Trabalho e Violência Simbólica, a pesquisa problematizou a violência simbólica de gênero, caracterizada por assédio moral e sexual, trazendo destaque para o silenciamento das vítimas, o que acaba contribuindo para a perpetuação dessa prática. Os instrumentos utilizados foram levantamento teórico e entrevistas semiestruturadas, realizadas com mulheres estudantes e profissionais, de uma Instituição de Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa foi exploratória e qualitativa. O método foi o estudo de caso. Os resultados mostraram que ainda é grande o medo de falar sobre o assunto, fortalecendo a contínua prática de violência contra as mulheres nesses ambientes. Espera-se que a pesquisa possa levar ao debate e à reflexão, dentro e fora das instituições de ensino e das empresas, auferindo mudanças de comportamentos dos atores envolvidos nessas tramas sociais, propiciando avanços na igualdade de gêneros nos segmentos educacionais e profissionais.

Palavras-chave: Violência de gênero, mulher, silenciamento, EPT, ambiente acadêmico e profissional.



ABSTRACT

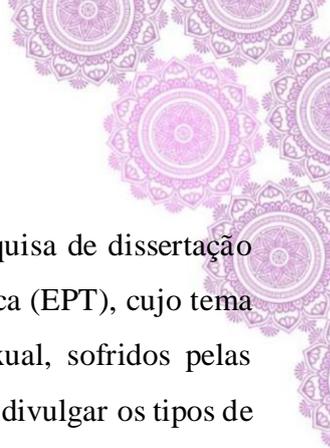
According to the Pan American Health Organization (PAHO), the Geneva/New York report, dated March 9, 2021, reveals data from the World Health Organization (WHO) that one in three women in the world (about 736 million) already suffered some type of physical or sexual violence, practiced by intimate partners or by strangers to the victims. This article aimed to bring up other types of violence suffered by women that despite not being physical violence generate psychological damage to them and are still often considered almost naturalized and imperceptible “jokes”, not only by society but also by the victims themselves. Based on theoretical contributions on the Sexual Division of Labor and Symbolic Violence, this research questioned symbolic gender violence, characterized by moral and sexual harassment, highlighting the silencing of victims, which ends up contributing to the perpetuation of this practice. The instruments used were theoretical and disconnected, carried out with female students and professionals, from a Technological and Professional Education Institution (EPT). The research was exploratory and qualitative. The method was the case study. The results induced that the fear of talking about the subject is still pretty vast, which strengthens the continuous practice of violence against women environments. It is expected that this research can lead to debate and reflection, inside and outside educational institutions and companies, obtaining changes in the performance of the actors involved in these social plots, and providing advances in gender equality in educational and professional segments.

Keywords: Gender violence, women, silencing, EPT, academic and professional environment.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Pan-Americana de saúde, o relatório de Genebra/ Nova York, de 09 de março de 2021, revela dados da Organização mundial de saúde que, uma em cada três mulheres no mundo (cerca de 736 milhões), já sofreu algum tipo de violência física ou sexual, praticadas por parceiros íntimos ou por desconhecidos das vítimas.

A Lei Maria da Penha nomeia no artigo 5º, "violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial", no artigo 6º enfoca, "violação dos direitos humanos" e no artigo 7º, incorpora a descrição das formas de violência contra a mulher. Com isso permitiu mostrar que essa violência não se resume a episódios privados, isolados, resultado de fracassos individuais, mas se apresenta como um problema social que pode afetar qualquer mulher, em qualquer etapa da vida, com diferentes categorias de manifestação. Uma dessas formas é a que se chama atenção neste artigo: a violência simbólica (com efeitos psicológicos), em ambientes acadêmicos.



O artigo traz a divulgação de alguns resultados encontrados com a pesquisa de dissertação desenvolvida em uma Instituição Federal de Educação profissional e Tecnológica (EPT), cujo tema foi violência simbólica de gênero, com destaque para o assédio moral e sexual, sofridos pelas mulheres dentro do ambiente acadêmico. O objetivo dessa produção acadêmica é divulgar os tipos de violência, que mesmo não sendo de forma física, causam nas vítimas, danos psicológicos, algumas das vezes, com traumas irreversíveis, chamando-se atenção aqui, para o silenciamento das vítimas e para a falta de denúncia, que de certa forma, contribuem para a perpetuação dessa prática.

Metodologia

A pesquisa é qualitativa, de cunho exploratório e foi desenvolvida em dois momentos. No primeiro, buscou-se aporte teórico nos estudos que embasam a Divisão Sexual do Trabalho e a Violência Simbólica. No segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres estudantes e profissionais da instituição.

Os instrumentos utilizados foram levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas. O método utilizado foi estudo de caso. O foco da pesquisa teve como objeto de estudo os tipos de violência, que mesmo não sendo de forma física, causam nas vítimas, danos psicológicos, algumas das vezes, com traumas irreversíveis, chamando-se atenção aqui, para o silenciamento das vítimas e para a falta de denúncia.

Em seguida, foram feitas as análises e interpretações dos dados. Através dos achados da pesquisa e excertos de falas, foi feito um confronto com as teorias estudadas de forma que foi possível chegar aos resultados dos estudos. Diante dos achados, pretende-se apontar alguns caminhos como pontos de reflexão para que cada vez mais se possa avançar na questão de igualdade de gêneros.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Violência simbólica, segundo Bourdieu (2012), é aquela que acontece de forma sutil, insensível e invisível a suas próprias vítimas. Para Bourdieu (2007), a dominação masculina está presente em todas as áreas na sociedade, caracterizando-se por meio do poder que o dominante exerce sobre o dominado, sem que o dominante precise exercer nenhuma forma de coerção física sobre o dominado, porque a “força ou poder simbólico” tem essa “magia” de coagir o dominado. Esse poder

é carregado de pressupostos, conceitos e valores que foram introjetados no dominado pelas estruturas que fundamentam essa dominação.

Ainda como cita Bourdieu (2011, p. 7) “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo.” E isso permite que a **violência simbólica** se camufle por detrás de esquemas inconscientes de percepção e as vítimas, por sua vez, não reconhecem ou percebem tal violência. Os princípios da dominação masculina legitimam o homem como sexo dominante, privilegiando-o na ocupação de posições de poder nas esferas social, política e econômica. E como ressalta o autor: “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção; a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, 2002, p. 18).

Segundo Hirata e Kergoat (2007), o termo “**divisão sexual do trabalho**” aplica-se na França a duas acepções de conteúdos distintos. A acepção sociográfica, onde estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; além de se analisar como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. E a segunda acepção, que se refere a mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e que a sociedade se utiliza dessa diferenciação para hierarquizar as atividades entre os sexos, criando um sistema de gênero.

Em ambas as acepções, conforme pregam as autoras, pode-se distinguir a divisão sexual do trabalho em dois princípios organizadores: “o princípio da separação” (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e “o princípio hierárquico” (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher – termo utilizado no sentido antropológico e ético, não no sentido econômico).

Violência Simbólica de gênero e relações de poder

A violência simbólica está diretamente ligada às relações de poder, principalmente em uma cultura onde o capitalismo se apropria da opressão e da exploração para perpetuar a hegemonia da classe dominante. A instituição escola, inserida no contexto da sociedade, torna-se um instrumento de produção e de reprodução de tudo o que acontece no cotidiano das pessoas, e não é diferente em relação à violência.

Embora não seja um problema novo, a violência no meio acadêmico se apresenta como um novo desafio para a formulação de respostas institucionais. Denuncia-se a tolerância social com a



violência, mas não se pode esquecer que os espaços institucionais, inclusive as instituições de educação, são parte dessa mesma sociedade.

Dados da pesquisa

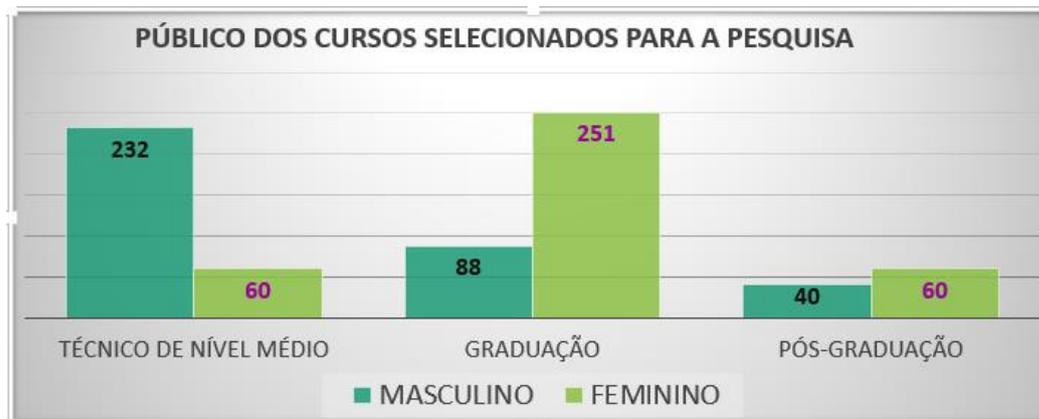
Após um longo período para aprovar a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), devido à preocupação com a integridade e preservação de imagem das futuras participantes, partiu-se para a parte prática do estudo. E para se chegar a elas, primeiramente foram selecionados três cursos da Instituição. O público que caracterizou a escolha dos cursos foi: predominância masculina no curso técnico de nível médio, que funciona em dois turnos (diurno e noturno); predominância feminina no curso de Graduação que funciona no noturno e público equilibrado, feminino/masculino, no curso de Pós-Graduação que funciona no horário diurno. Os públicos foram escolhidos dessa forma para possibilitar uma comparação no sentido de verificar se havia alguma diferença na incidência de violência simbólica de gênero devido a uma maior, menor ou equivalência de presença do público feminino nesses cursos da EPT e também para comparar por nível de ensino.

Evidencia-se que por exigência do CEP, em nenhum momento foram divulgados o nome da instituição lócus da pesquisa, das entrevistadas, bem como o nome dos cursos. Os nomes das participantes são fictícios, escolhidos por elas próprias.

Selecionados os cursos, foi enviado um e-mail convite a todas as alunas dos cursos de nível médio noturno, graduação e pós-graduação. Como a participante deveria ter no mínimo 18 anos, no curso de nível médio diurno, esse e-mail limitou-se às estudantes das turmas de terceiro ano.

A questão do silenciamento começa por aqui. Foram encontrados nas turmas de terceiro ano do curso técnico diurno, um total de 107 (cento e sete) discentes, sendo 80(oitenta) do sexo masculino e 27(vinte e sete) do sexo feminino. No curso técnico noturno foram encontrados 185 (cento e oitenta e cinco) estudantes, sendo 152 (cento e cinquenta e dois) do sexo masculino e 33(trinta e três) do sexo feminino. No curso de graduação, foram encontrados 251 (duzentos e cinquenta e um) estudantes do sexo feminino e 88 (oitenta e oito) do sexo masculino. Em relação ao curso de pós-graduação, encontramos 60(sessenta) estudantes do sexo feminino e 40(quarenta) estudantes do sexo masculino, conforme Gráfico 1 abaixo.

GRÁFICO 1- Público dos Cursos escolhidos por sexo



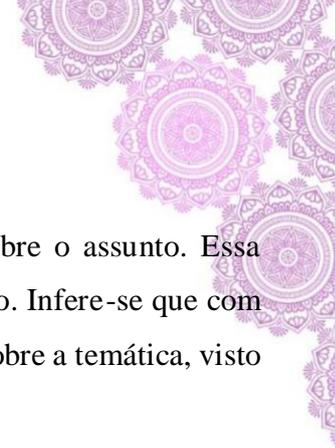
Fonte: Dados da pesquisa

De 27 estudantes do curso de nível médio diurno, nenhuma manifestou interesse em participar. Das 33 estudantes do curso de nível médio noturno, apenas duas retornaram positivamente (Maria Clara-NM e Fernanda-NM). De 251 estudantes da graduação, contou-se também com retorno positivo de apenas duas participantes. Uma para participar através da entrevista (Natália-GR), e a outra estudante que solicitou participar por relato (Joylaura-GR), tamanho era o medo de se expor, porém grande a vontade de falar. Já na pós-graduação, das 60 que receberam e-mail, pode-se contar com a participação de três estudantes (Mariana-PG, Natali-PG e Rafaela-PG). Os dados podem ser confirmados no Gráfico 2 abaixo:

GRÁFICO 2- Estudantes voluntárias para participação na pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa



Percebeu-se grande dificuldade em conseguir pessoas para falarem sobre o assunto. Essa dificuldade ainda é maior quando se trata dos cursos de graduação e nível médio. Infere-se que com o amadurecimento, as mulheres vão sentindo mais a necessidade de conversar sobre a temática, visto que na pós-graduação foi o nível que apresentou maior número de voluntárias.

Na pesquisa original, além das estudantes, foram convidados(as) os(as) gestores desses três cursos escolhidos, para conhecermos por intermédio deles, um pouco da visão da instituição. Foram entrevistados 03(três) gestores e 02(duas) gestoras. Os resultados das entrevistas na íntegra encontram-se na dissertação que está divulgada pelo site do PPGET/CEFET-MG, Instituição onde foi cursado o mestrado. Aqui, porém, como se destaca uma das facetas da violência, o silenciamento das vítimas, atenta-se para os excertos de falas/relato das estudantes e das gestoras, que são identificadas por nível de ensino em que atuam (Gestora- NM e Gestora-GR). Sendo NM para o curso técnico de nível médio e GR para a graduação.

Os depoimentos demonstraram que as mulheres ainda têm muita dificuldade em denunciar. Ao se perguntar à Gestora-GR se ela já tinha recebido alguma denúncia de violência simbólica de gênero, ela responde o seguinte: “Sim. Já recebi. Não é tão recorrente, né? Por incrível que pareça. A **violência** é muito recorrente, mas a denúncia da violência não é frequente!” (Gestora-GR). Na sequência perguntou-se se ela tinha alguma ideia sobre o que levava à falta de denúncia. E a gestora responde o seguinte:

Bom, essa é uma questão complexa, eu acho que na verdade não tem um fator único, mas é um conjunto de fatores, né? Primeiro que em alguns casos como é uma violência velada, as mulheres que sofrem esse tipo de violência, algumas vezes, não se dão conta de que estão sofrendo violência naquele momento, então é como se diz, a ficha só vai cair depois, né? [...] segundo, quando ela (a violência) se dá do nível superior para o nível inferior, como por exemplo, do professor em relação a uma aluna, eu acho que o medo de denunciar, o medo de sofrer represálias, talvez de ser marcada por um professor é algo que pode desestimular essa denúncia. [...] E o terceiro ponto, que é o que me preocupa muito enquanto gestora da instituição, é que muitas vezes essas denúncias acontecem, mas elas não são levadas a termo. [...] Então, como não há essa punição como deveria ter, isso acaba desestimulando a denúncia. (Gestora-GR)

No caso da gestora do curso técnico, quando questionada sobre a falta de denúncia formal, ela coloca que, no caso específico desse curso, por ter um corpo discente majoritariamente masculino, as meninas têm receio de denunciar por medo, pois seriam facilmente identificadas, mesmo que a denúncia fosse anônima. A gestora relata que apesar de não chegarem as denúncias formais, as estudantes que sofrem qualquer tipo de agressão, geralmente vêm falar sobre o assunto de maneira informal. Mas quando são consultadas se querem oficializar a denúncia, elas respondem que não.

Quando elas vêm para conversar comigo, elas ficam extremamente revoltadas né? Com a fala, principalmente quando é fala de professor, né? Você vê assim que elas ficam bem magoadas com esse tipo de posicionamento, né? [...] Elas não quiseram levar para frente porque ficaram realmente com medo, né? Do professor perseguir. (Gestora-NM)

Mesmo as estudantes que têm maior esclarecimento sobre o assunto, têm uma certa dificuldade em reagir frente a determinadas situações. No caso de Rafaela-PG, que demonstra grande domínio sobre a temática, coloca que está sempre pronta para defender quaisquer mulheres que sofram os mais variados tipos de violência à sua volta, no convívio acadêmico, porém relata que se calou na maioria das vezes que aconteceu com ela própria.

Olha, é uma situação muito difícil porque você se sente, eu já, quando isso aconteceu comigo eu não fiz nada. Eu na verdade, eu demorei para entender que aquilo era um assédio. [...] Estávamos em uma festa da instituição. Depois da festa a gente saiu. Então um professor sentou ao meu lado e pegou na minha perna e ficou com a mão na minha perna e como eu era mais nova e ele tinha o poder maior que eu, eu não sabia se eu podia tirar a mão dele da minha perna. Então eu fiquei completamente sem ação. (Rafaela-PG)

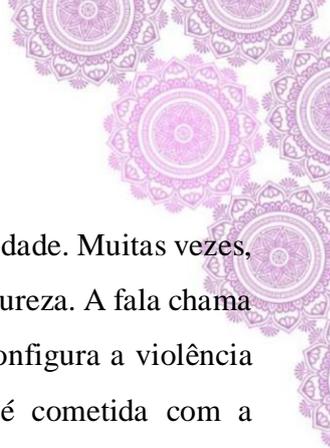
Algumas situações relatadas aconteceram com Rafaela dentro de sala de aula. Comentários machistas de colegas e professores.

Acho que tem os comentários às vezes, machistas que os homens fazem entre eles lá e aí poucas mulheres se manifestam. Eu já me manifestei uma ou duas vezes. Só que eu sei que todas as vezes que eu me manifesto, dá aquele climão. Então às vezes você quer evitar o climão e aí você não fala nada. (Rafaela-PG)

Situações corriqueiras do dia a dia escolar, que se passam às vezes até por “brincadeiras”, podem gerar grandes traumas psicológicos. Essas situações, muita das vezes, classificadas como normais, até mesmo por quem passa por elas, acabam ficando sem denúncia. E quando se percebe que se trata de um assédio, ainda assim, como uma forma de enfrentamento, sobressai-se o silenciamento. Foi relatado um caso de assédio de professor contra a estudante.

E o professor disponibiliza: a se você tiver qualquer dúvida, você me procura. E aí você vai procurar o professor. E aí ele fala para você assim: se eu te responder essa pergunta você me beija? Entendeu? Então! É esse nível. [...] Então assim, do mesmo jeito que eu acredito que mulheres podem aceitar, porque às vezes vai para a faculdade já sabendo disso, eu só vou passar de ano se eu me submeter. Pode ter mulheres que vão aceitar por medo. E pode ter mulheres que não vão aceitar e que vão às vezes correr o risco, como eu corri. Só que eu falei assim, eu vou correr o risco, porque se esse professor me der pau, alguma coisa assim, aí eu vou tomar atitude. Mas aí eu tive que estudar mais, para eu poder até me livrar da situação. Isso pode ser um ato muito normal entre professores e alunos, basta ter oportunidade de ficar sozinhos e vai acontecer. (Mariana-PG)

Essa questão relatada acima por Mariana-PG, liga um alerta para os professores que atuam no ensino médio e períodos iniciais da graduação. Se assédio por questões de gênero já é inaceitável, a



situação se agrava mais ainda quando cometido contra adolescentes, menores de idade. Muitas vezes, os professores não têm noção do quão grave é se envolver numa questão dessa natureza. A fala chama atenção também para o fato de Mariana-PG achar que isso é normal. Aqui se configura a violência simbólica que foi definida por Bourdieu (2012) como uma violência que é cometida com a cumplicidade entre quem sofre e quem a pratica, sendo que, em algumas das vezes, pela naturalização dos fatos, os envolvidos não têm sequer consciência do que estão sofrendo ou exercendo.

Outro motivo que gera grande adoecimento é o preconceito. Natali-PG além de discente, trabalha na área de enfermagem da Instituição. Relata que as mulheres (estudantes) pertencentes ao Grupo LGBTQIA+ têm sofrido diversos tipos de violência simbólica dentro da escola, porém mais uma vez, aqui persiste o silenciamento. Não foi relatado pelos gestores, nenhuma denúncia que abordasse violência em relação à sexualidade.

Porque elas têm adoecido por causa disso dentro da escola. Alunas do grupo LGBTQIA+, elas têm procurado muito a sala de enfermagem com situações de adoecimento, de sofrimento, de angústia, né? De assédio etc. (Natali-PG)

Maria Clara-NM é estudante do curso técnico. Ao ser questionada se tinha ideia sobre qual atitude tomaria o coordenador do curso que ela faz, se recebesse alguma denúncia formal, ela responde o seguinte: “Como a maioria, né? São homens, eu acho que, e mais velhos, acredito que eles pensem que não tem nada errado!! E eu acho também que não há muita denúncia”. Diante da resposta, perguntou-se a Maria Clara-NM, se ela tinha em mente o que gerava essa falta de denúncia, e ela completa:

Acho que por medo, né? Dá gente falar, e da gente ser colocada como errada, exagerada, ou fazerem pouco caso mesmo, não levar pra frente. Não haver resultados. Se houver coisas como posição de poder, pode ser que essa pessoa comece a perseguir, esses professores, esses diretores comecem a perseguir as alunas. A prejudicar elas. Aí eu acho que por isso não há denúncias. A gente acusa e no final: cala a boca, né? (Maria Clara-NM)

Uma situação percebida durante as entrevistas, foi que as estudantes do curso técnico, falavam de fatos que, geralmente, segundo elas, tinham acontecido com outras mulheres. Talvez isso justifique um medo de conversar sobre o assunto, principalmente por serem mais novas. Com o desenrolar da conversa foram se soltando e falando também de fatos próprios. Fernanda-NM sofreu assédio praticado por um colega de sala. No início da entrevista, ela colocava os fatos, desse ocorrido, em terceira pessoa. Até que chegou um momento em que, pelo motivo de estar ficando difícil relatar, ela confessa com risos, que ia ser obrigada a falar que o assédio foi com ela própria. Ela queria “esconder”, mas em primeira pessoa, ficava mais fácil de explicar.

Então, eu já presenciei, um menino gritou com uma menina, tipo assim, não tinha ninguém perto. Era o horário de ir embora. Aí ele pegou e gritou com ela. Falou que eu, falou com ela que ela iludiu ele, algo do tipo assim. Na verdade fui eu mesma, sabe? Rsrsrcs. Isso aconteceu foi comigo! Rsrsrcs. Eu não podia falar que foi comigo, mas eu acho que fica mais simples de explicar. Rsrsrcs.(Fernanda-NM)

Depois de relatar todo o caso, que segundo Fernanda durou um tempo significativo, inclusive com tentativas de forçar um namoro que não era desejado por ela, o colega, por fim, convencionou que, para deixá-la em paz, ela teria que mostrar uma aliança de compromisso que comprovasse o namoro dela com um outro rapaz. Diante desse fato, questionou-se se ela tinha intenção de fazer uma queixa para o coordenador do Curso. Fernanda responde o seguinte:

Então!! Não!! Eu não pensei até porque tipo assim, eu mesma, eu não, como eu posso te explicar? Eu meio que eu tentava mesmo resolver. Pegava e deixava pra lá. E tipo assim, como eu ficava mais na minha, eu pegava e pensava: não e tal, isso já vai passar, e tal, não tem importância! Tanto que depois de um tempinho assim, ele mesmo pegou e parou de mandar mensagem, e tudo mais. Por isso eu nem... É! Eu acho que... Bom, pelos pontos também que eu e ele conversamos, muita coisa meio que foi esclarecida. Pelo menos no início eu tinha achado isso. Depois quando ele começou a me mandar mensagem e tudo mais, eu peguei e já ficava mais na minha assim. Então nunca cogitei ao fato de procurar mesmo. (Fernanda-NM)

O silenciamento muitas vezes é gerado pela falta de respostas, pela não punição dos infratores, que continuam praticando seus atos na certeza da não denúncia, que de certa forma, colabora com a prática do assédio e do abuso de poder. Todas essas situações acima citadas, acontecem como uma estratégia de resistência na tentativa de se manterem em suas trajetórias.

Segundo conceito proposto por Betina Stefanello Lima (2013), é o chamado “drible da dor”. Trata-se das manobras utilizadas pelas mulheres na recusa em perceber os obstáculos específicos do gênero dispostos ao longo de suas carreiras acadêmicas e profissionais. Ainda segundo Lima (2013), esse fenômeno é possível por meio de duas representações sociais: a das inteligências descorporificadas e a das supermulheres. No caso das inteligências descorporificadas, cada qual, em função do seu talento, ocupa o lugar que merece, o qual foi competente para conquistar. E em se tratando das supermulheres, são aquelas que ocupam um lugar frequente de exceção junto aos seus colegas ao longo da carreira, elas se distanciam da identificação do que foi construído como estereótipo de mulher.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o desenvolvimento do estudo, foi escolhida uma Instituição Federal de EPT, e dentro dela foram selecionados três cursos. Foi escolhido um curso de EPTNM, no qual o número de estudantes do sexo masculino é predominante. Um curso de Graduação em que as mulheres são maioria e um curso de Pós-Graduação cujo número de estudantes dos dois sexos é equilibrado. Essa escolha justificou-se pelo interesse em averiguar se a mulher passa por situações de violência simbólica de gênero mesmo quando é maioria em determinadas áreas. Foi enviado um e-mail convite para todas as alunas dos três cursos e após o retorno, foram entrevistadas individualmente seis estudantes. Contou-se também com a participação de uma aluna, que solicitou participar, porém por meio de um relato. Além dos depoimentos das estudantes, neste artigo foram consideradas as falas das duas gestoras, dos cinco que participaram das entrevistas individuais, na pesquisa original.

Em relação ao tema, além de ainda ser considerado tabu pela sociedade, cabe frisar a dificuldade em encontrar sujeitos de pesquisa. As pessoas têm muito medo de se expor e de denunciar esse tipo de assédio, o que torna mais conveniente aos assediadores continuarem com essa prática.

A falta de denúncia formal, segundo os gestores, os desobrigam de darem andamento ao devido processo legal. A falta de ação leva as vítimas a situações de adoecimento, de sofrimento, de angústia, de assédio. Denúncias anônimas poderiam ser uma opção, porém não uma solução, uma vez que para se averiguar e dar andamento ao processo, caso fique comprovada a ação do assediador, a vítima acaba precisando se identificar de alguma forma. E aí vem o medo da exposição.

Abaixo são listadas algumas das falas das participantes que confirmam e sintetizam o silenciamento das vítimas. Caracterizam o medo que leva à falta de denúncia formal. São elas: a **violência** é muito recorrente, mas a denúncia da violência não é frequente! Diante de comentários machistas, se o pronunciamento causa um "climão", às vezes, para se evitar esse "climão" é melhor se calar! Quando a violência acontece com alguma mulher perto de mim, estou pronta para defender, porém quando acontece comigo, eu me calo! Se os gestores são homens e geralmente mais velhos, eles sempre acham que não têm nada de errado acontecendo! O preconceito silenciado em relação às estudantes do grupo LGBTQIA+, leva ao sofrimento, adoecimento e à prática de assédio! Na Instituição não há nenhuma denúncia em relação a esse assunto. Denúncia anônima em cursos com pouca presença feminina, identifica facilmente as que ousarem denunciar, causa exposição e consequente perseguição! Então, se não há coragem para a denúncia anônima, quem dirá para a formal. Meu colega me assediou, porém não quero levar a denúncia ao coordenador, pois pela

conversa que tivemos, penso que está tudo resolvido, bom, pelo menos eu acho! Meu professor me assediou sexualmente, mas eu resisti. Acho que ele não faria nada, não forçaria nada. Algumas aceitariam por saberem que na faculdade é assim mesmo, outras aceitariam por medo. E outras como eu, resistiriam e pagariam o preço de ter que estudar muito para não serem reprovadas. Mas ambiente escolar é assim mesmo. Se o professor tiver oportunidade de estar sozinho com a estudante, o assédio vai acontecer. É normal! Sim, já presenciei várias situações de violência com outras mulheres! Mesmo que “essas outras mulheres” sejam as próprias que estão falando. O medo de falar sobre o assunto é tão grande que às vezes é melhor pronunciar o discurso em terceira pessoa. Além disso, muitas vezes essas denúncias acontecem, mas elas não são levadas a termo. Então, como não há essa punição como deveria ter, isso acaba desestimulando a denúncia!

Ainda há uma tendência, bem como disse um dos gestores entrevistados, da Instituição “tapar o sol com a peneira”, para proteger o culpado no sentido corporativista. A violência simbólica de gênero dentro da escola, caracterizada por assédio moral e sexual, aqui nessa pesquisa, utilizada como sinônimo de violência psicológica, tem punições previstas em lei. Assim como a punição por prática de assédio sexual está prevista no Código Penal, a penalização pelo assédio moral e sexual, entendidos como violência psicológica, está prevista na Lei 11.340/2006. Dependendo do agravamento da situação da vítima, que vão desde sofrimento até transtornos psicossomáticos, tais como depressão, herpes, problemas na voz, desmotivação e decepção com a carreira profissional e outros, o agressor pode ser enquadrado de acordo com a Lei Maria da Penha, que traz em seu texto uma das formas de violência sutil, a violência psicológica, prevista no item II do seu artigo sétimo. Torna-se necessário quebrar esse círculo vicioso do silenciamento e da falta de denúncia. Pois só assim conseguiremos evidenciar o assédio, conversar sobre a temática e auferir avanços para diminuir a desigualdade de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 159 p.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 311p.

BRASIL. Lei Maria da Penha. **Lei Maria da Penha e legislações correlatas**. Brasília: [Senado Federal] Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. 58 p. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 11 nov. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. dez. 2007. Disponível em:
<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 10 mar. 2021

<https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>. Acesso em 30/10/2021.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883-903, set./dez. 2013. Disponível em:

Organização Pan-Americana de saúde. Relatório de Genebra/ Nova York, de 09 de março de 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/v7m9qdqJPRMhSmyhny7kQgq/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 15 mar. 2021.